



# A 'MUDANÇA DE CONTEXTO' DA PARTICIPAÇÃO NA ARTE E NA ARQUITETURA: PERSPECTIVAS CRÍTICAS PARA A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CONTEMPORANEIDADE

ALMEIDA, Rafael Goffinet; [rafael.goffinet.almeida@usp.br](mailto:rafael.goffinet.almeida@usp.br); IAU-USP

## 1 Introdução

Desde 1960, a “participação” tem nomeado uma multiplicidade de discursos e práticas localizadas entre os campos da arte e da arquitetura e urbanismo. Sob este termo guarda-chuva, encontramos desde as formas de reorganização do canteiro de obras, como defendia a Arquitetura Nova de Sergio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, às atuais tecnologias de planejamento da cidade “inteligente” ou “criativa”; passando ainda pelos experimentos de novas relações intersubjetivas entre percepção, corpo e espaço, como foram as “vivências descondicionantes” do Programa Ambiental de Hélio Oiticica, ou como perseguem as apropriações de edifícios e espaços livres atualmente praticadas pela arte ativista. O que permite unir estes e tantos outros exemplos é a dissolução de limites convencionais que regiam a produção do espaço em direção a um enfoque sobre processos sociais de toda ordem. Contudo, mais que configurar um lugar comum de experimentações, as espacialidades da participação revelam um campo de permanente disputa sobre seus significados estéticos e também políticos.

Claire Bishop, quando convidada a conceituar a presença do termo nas artes e na cultura visuais, longe de encerrá-lo em uma teoria geral, preferiu organizar sua compilação *Participation* (2006) sob dois aspectos decisivos para a investigação deste problema. Em primeiro lugar, ao reunir escritos produzidos ao longo de cinco décadas por artistas e teóricos provenientes de campos distintos, iluminou o fato de que as transformações provocadas pelo interesse estético sobre a “colaboração e dimensão coletiva da experiência social” (2006, p. 10) faziam parte de um fenômeno de ordem mais ampla. Reflexo de contextos políticos e culturais, como foram as revoltas imateriais de Maio de 1968, na França, ou as lutas pela redemocratização no Brasil das décadas de 1960-80, a “participação” se manifesta em áreas tão distintas como as da pedagogia, psicologia, comunicação e também das artes e da arquitetura e urbanismo. Ao mesmo tempo, Bishop também demonstrou que as manifestações mais recentes enunciavam uma “mudança de contexto” da participação. A emergência crítica que parecia caracterizar seus primeiros impulsos na década 1960, teria percorrido um difuso processo de hegemonização.

Fenômenos que podem ser verificados teoricamente a partir do que Eve Chiapello e Luc Boltanski (2009) chamaram de um “novo espírito do capitalismo”. Para os autores, o capitalismo avançado, baseado na economia financeira e de serviços, teria absorvido

as “críticas sociais e estéticas” feitas ao modelo de produção industrial fordista – sendo Maio de 1968, sua maior expressão – em novos modelos de gestão empresarial, sobretudo a partir dos anos 1990. Contrariando formas mecanizadas e tecnocráticas de trabalho e vida social, emergia a defesa pela “capacidade criativa do homem e sua autonomia” (2009, p. 208). “O capitalismo”, dizem, “foi obrigado a propor formas de engajamento compatíveis com o estado do mundo social no qual está incorporado e com as aspirações de seus membros” (2009, p. 198). Diante deste contexto de “crise do trabalho”, foram forjadas novas formas de controle produtivo, não mais baseadas em sistemas de “punições-recompensas” dos anos 1960, mas enquanto apologia da mudança, do risco e da mobilidade, reconduzindo os anseios por criatividade e autonomia em “sensações” de liberdade, compartilhamento e auto-realização.

Restam, no entanto, alguns pontos cegos. Afinal, há ainda o que se explicar sobre a “obrigação” que levou o capitalismo a superar a matriz fordista de produção, especialmente as implicações recaídas sobre o sujeito do “mundo social” que teria animado este processo de transformação. Concordamos com Christian Dardot e Pierre Laval, em “A Nova Razão do Mundo” (2016), quando criticam Chiapello e Boltanski: quando empresas passam a produzir suas próprias formas de envolvimento ou ativação dos sujeitos, devemos nos perguntar se não estamos diante de uma formação discursiva específica, através desses e tantos outros discursos ligados à “participação”.

Na tarefa de atualizarem os conceitos de “biopolítica” e de “neoliberalismo”, originalmente trabalhado por Michel Foucault (2010), os autores fornecem uma matriz teórica mais abrangente. A reorganização produtiva do “novo espírito do capitalismo” representaria apenas um dos processos de redimensionamento do próprio sujeito. No interior do discurso da flexibilidade, mas que responde ao imperativo da reprodução capitalista, as esferas da vida pessoal e profissional se confundem. Valores antes aplicáveis apenas às entidades empresariais e corporativas passam a fazer parte das relações sociais do “sujeito empresarial”. Competitivo, espera-se que os indivíduos desenvolvam “atitude social”, no sentido de explorarem a suposta autonomia recém conquistada para a “autovalorização” no mercado (2016, p.337). Trata-se, agora, de um “sujeito ativo” que deve “participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo à sua atividade profissional” (2016, p.327).

Nestes termos, muitas das manifestações da “participação” descrevem senão um imperativo de poder, um controle sistemático de si mesmo, de modo que o desejo de participação do sujeito se converte em uma forma de desejo alheio. Em linhas gerais, esta nova estrutura subjetiva supera as tais regras fixas e hierarquizadas de controle para fundar a subjetividade “hipermoderna”, “imprecisa”, “flexível”, “precária”, “fluida”, “sem gravidade” de que falam sociólogos e psicanalistas, e cuja performance parece ser mediada também através das novas espacialidades da participação.

## **2 Objetivos**

Interessa compreender, portanto, e esta é a hipótese atual da pesquisa, se os discursos e as práticas da participação configuram um dos nós centrais no conjunto de transformações levadas a cabo pela formação discursiva da racionalidade neoliberal e que vem afetando as relações de produção e de trabalho, redefinindo instituições e organizações políticas, pautando o desenvolvimento tecnológico e produzindo novas formas de subjetividade e de sociabilidade. Desta perspectiva, a pesquisa busca compreender a “participação” como um dispositivo do poder biopolítico; e o que estamos chamando de “espacialidades da participação”, como um conjunto de agenciamentos

sociais, culturais e políticos capazes de pôr em funcionamento o exercício da subjetividade empresarial.

### 3 Abordagem da pesquisa

Trata-se, no limite, de examinar a relação entre discurso e edifícios ou, mais precisamente, “como os discursos entram em construção e como, em consequência, edifícios ou ambientes construídos se tornam afirmações [*statements*] (HIRST, 2015, p. 156-157). A aproximação com o pensamento de Michel Foucault não se dá apenas a um nível conceitual, pois também metodológico. A partir de análises histórico-críticas de matriz genealógica, a pesquisa enfrenta o que aparece como um conjunto heterogêneo de manifestações da participação, buscando reconhecer entre elas a emergência do que Foucault chamou de “regularidades enunciativas” entre “formas invisíveis” (os enunciados discursivos) e as “formas visíveis” (não-discursivos, portanto). Esta distinção torna-se importante na medida em que traduz o par “matéria-função” de todo “dispositivo de poder”: o discurso, como uma “máquina abstrata quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar” depende das “máquinas concretas”, os “agenciamentos”, ou ainda, as “tecnologias políticas para o funcionamento do poder” (DELEUZE, 2013, p. 12).

### 4 Resultados e discussões

Desta perspectiva, retomando os exemplos do início, as proximidades e distâncias existentes entre a Arquitetura Nova, o Programa Ambiental, o planejamento participativo e a arte-ativista descrevem “situações de disputa” dos significados da participação, revelando tais espacialidades como importantes mediadores de “processos de deslizamento” de categorias históricas, em direção à racionalidade neoliberal. O enfoque sobre a “técnica” como reorganização coletiva do trabalho, ou sobre as “experiências de criação”, hoje se confundem com a “engenharia social”, ou a “ativação de subjetividade”, próprias da economia criativa ou do capital afetivo. Nesta mesma esteira, também os esforços de superação das convenções do espaço anteciparam processos de desregulação, flexibilização e informalização decisivas para as atuais relações produtivas, formas de organização política e de desenvolvimento tecnológico. O atual desafio da pesquisa é o de articular espacialidades da participação e aspectos da razão empresarial ou biopolítica, de tal modo que entre promessas de transformação e novas tecnologias de poder seja possível identificar os tipos de agenciamento espacial que explicitem o conflito imanente entre “a potência política da vida” e o seu revés, “o poder sobre a vida” (DELEUZE, 2013, p. 13).

### 5 Referências

- BISHOP, Claire. **Participation**. Cambridge: The MIT Press, 2006.
- BOLSTANSKI, L. et CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- DARDOT, P. et LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- HIRST, Paul. **Space and Power: Politics, War and Architecture**. Cambridge: Polly Press, 2015.